



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

LEI Nº 989/2003

**Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Municipal da GAMELEIRA, do Estado de Pernambuco, de conformidade com a Legislação Federal e adota outras providências.**

A PREFEITA DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA, Estado de Pernambuco no uso de suas atribuições legais, e para atender a NOVA LEGISLAÇÃO FEDERAL (Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, Lei Federal nº 9717 de 27/11/98 e demais disposições legais), e tendo em vista o disposto da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

## TITULO I

### CAPITULO I

#### DO OBJETO

Art. 1º - Reorganiza o Regime Próprio de Previdência do Município de Gameleira, do Estado de Pernambuco, de que são beneficiários os servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes.

Art. 2º - Cria o FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE GAMELEIRA, do Estado de Pernambuco, para atender a nova Legislação Federal (Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, Lei Federal nº 9717 de 27/11/98 e demais disposições legais), que passa a reger-se pela presente lei.

### CAPITULO II

#### DA LEGISLAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 3º - O FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE GAMELEIRA, observada a legislação Federal pertinente, reger-se-á por esta Lei, regulamentos, normas, instruções e atos normativos, aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 4º** - O FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA terá como sede e foro o Município de Gameleira, do Estado de Pernambuco, ficará vinculado a Secretaria de Administração e Finanças do Município de GAMELEIRA e sua duração será por prazo indeterminado.

## CAPITULO III

### DOS PRINCÍPIOS

**Art. 5º** - O FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA obedecerá aos seguintes princípios:

I – Universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;

II – Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de entidades de classe de servidores ativos e inativos, e pensionistas;

III – Inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total;

IV – Custeio da Previdência Social dos servidores públicos municipais do Município de Gameleira, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos e inativos;

V – Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios previstos nesta Lei a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira e conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VI – Aplicações dos fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, além do disposto no inciso anterior, deverão ser observadas as normas federais sobre limites de aplicação de recursos e que estão sujeitos os Regimes Próprios de Previdência;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

VII – Subordinação da constituição de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;

VIII – Observado o disposto no Art. 37, Inciso XI da Constituição Federal, os proventos da aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da Lei;

IX – Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao melhor salário mínimo vigente no país;

X – Pleno acesso dos servidores às informações relativas a gestão dos órgãos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

XI – Registro e controle das contas dos fundos garantidores e provisões do FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA de forma distinta e apartada da conta do Tesouro Municipal;

XII – Registro contábil individualizado das contribuições pessoais de cada servidor e dos entes estatais do Município de GAMELEIRA;

XIII – Escrituração contábil observando as normas gerais de contabilidade aplicada às entidades fechadas de previdência privada;

XIV – Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os servidores inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

XV – Submissão às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

XVI - Contribuições dos entes estatais do Município de GAMELEIRA não poderão exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição dos servidores públicos e dependentes;

XVII - Vedação de utilização dos recursos, bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município de GAMELEIRA e aos servidores públicos municipais e dependentes, bem como a prestação assistencial, médica e odontológica, e;

XVIII - Vedação a aplicação de recursos e ativos constituídos em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal.

## CAPÍTULO IV

### DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Art. 6º - A gestão previdenciária do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA terá sua operacionalização executada de forma autônoma e independente a da Prefeitura Municipal de GAMELEIRA podendo ser contratado serviços especializados de terceiros.

Art. 7º - Preservada a autonomia do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, o Regime Previdenciário a que se refere o artigo anterior terá por finalidade:

- a) Estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão, nos campos previdenciário, administrativo, técnico, atuarial e econômico-financeiro, observada a legislação federal;
- b) Fixar metas;
- c) Estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades pela execução e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- d) Avaliar desempenho, com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade,

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade, e atendimentos aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis;

- e) Preceituar parâmetros para a contratação, gestão e dispensa de pessoal, sob o regime estatutário, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus cargos, programas, projetos, atividades e serviços; e
- f) Formalizar outras obrigações previstas em dispositivos desta Lei e da Legislação geral aplicável.

## CAPITULO V

### DOS BENEFICIARIOS

Art. 8º - Os beneficiários da previdência municipal de que trata esta Lei classificam-se em segurados e dependentes.

#### Seção I

#### Dos segurados

Art. 9º - São segurados compulsórios da previdência municipal instituída por esta Lei:

I - os servidores públicos ativos da Prefeitura Municipal de GAMELEIRA do Estado de Pernambuco, suas Autarquias e Fundações, e da Câmara Municipal de GAMELEIRA.

II - os servidores públicos inativos da Prefeitura Municipal de GAMELEIRA, de suas Autarquias e Fundações e da Câmara Municipal de GAMELEIRA.

§ 1º - São servidores públicos ativos aqueles ocupantes de cargo efetivo que não se encontram em gozo de qualquer benefício de aposentadoria.

§ 2º - São servidores públicos inativos aqueles que se encontram em gozo de qualquer um dos benefícios constantes do inciso I, alíneas a, b, c, d e e do artigo 12 desta Lei.

Art. 10 - O servidor afastado em decorrência de reclusão ou detenção, licença para tratar de interesses particulares, para o exercício de mandato eletivo ou

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

qualquer espécie de licença sem vencimentos, fica obrigado a recolher, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, a contribuição relativa a sua parte e a do Poder Público, levando em consideração o seu último vencimento, devidamente atualizado, sob pena de perda da qualidade de segurado.

§ 1º - O valor da contribuição deverá acompanhar os índices fixados no plano Anual de Custeio.

§ 2º - Ficarà suspenso o direito aos benefícios previstos nesta Lei, do segurado que deixar de recolher 2 (duas) parcelas consecutivas ou 4 (quatro) não consecutivas, sendo que somente poderá ser reabilitado a partir da quitação integral do débito.

§ 3º - O servidor afastado em decorrência de serviço militar obrigatório terá o tempo de afastamento contado para efeito de aposentadoria e as contribuições devidas por ele e pelo ente ao qual está vinculado serão recolhidas integralmente, pelo ente municipal durante o período de afastamento.

## Seção II

### Dos dependentes

Art. 11 - São dependentes do segurado do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, sucessivamente:

I - cônjuge, a companheira, o companheiro, os filhos de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou incapazes;

II - os pais;

III - irmãos, de qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos ou incapazes;

§ 1º - os dependentes elencados no inciso I concorrem entre si para a percepção dos benefícios;

§ 2º - o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento do Imposto de Renda.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 3º - considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado(a), do sexo oposto, entidade familiar com convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com o objetivo de constituição de família, nos termos da legislação vigente.

§ 4º - a dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I deste artigo e presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 5º - o ex-cônjuge ou ex-companheiro separado, de fato ou de direito, e o divorciado concorrera com os dependentes elencados no inciso I deste artigo, desde que tenha assegurado por decisão judicial o direito a percepção de pensão alimentícia.

## CAPITULO VI

### DOS BENEFÍCIOS

Art. 12 - Os benefícios previstos na presente Lei consistem em:

I - quanto aos segurados:

- a) Aposentadoria por invalidez;
- b) Aposentadoria voluntária por idade;
- c) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- d) Aposentadoria compulsória;
- e) Aposentadoria especial do professor;
- f) Auxílio-doença;
- g) Abono anual;
- h) Salário família; e
- i) Salário maternidade.

II - quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte.
- b) Auxílio-reclusão; e
- c) Abono anual;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 1º - O valor mensal dos benefícios previstos nesta Lei não poderá ser superior ao valor da última remuneração do segurado, no cargo efetivo em que ocorreu a concessão do benefício.

2º - O valor mensal dos benefícios previstos nas alíneas A, B, C, D, E, F, G e I, do inciso I e em todas as alíneas do inciso II deste artigo não poderá ser inferior ao valor do menor salário mínimo no país.

## SECAO I

### Da aposentadoria por invalidez

Art. 13 - O segurado será aposentado por invalidez, sendo os proventos:

- A) integrais, quando decorrente de acidente de em serviços, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável;
- B) Proporcionais ao tempo de contribuição, quando a invalidez permanente do segurado não se enquadra nas condições especificadas na alínea anterior;

§1º - O valor do benefício da aposentadoria por invalidez será calculado com base na remuneração do servidor, sobre as quais tenha havido incidência de contribuição previdenciária.

§2º - Para o cálculo de proventos proporcionais a que se refere a alínea B deste artigo, seu valor corresponderá a 1/35 (um trinta e cinco avos) da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefícios, por ano completo de contribuição, se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher.

§3º - Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável, para fins do disposto neste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, hanseníase, esclerose múltipla, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS). Considera-se também como doença grave, a cegueira total, de ambos os olhos, desde que caracterizada após o ingresso no serviço público, para os entes estatais do município da Gameleira, além de outras que a Lei assim definir.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO





# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§4º - A aposentadoria prevista no caput deste artigo só será concedida após a comprovação da invalidez do segurado, mediante perícia realizada por junta médica designada pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA.

§5º - Sendo comprovada por junta médica designada pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, a reabilitação do segurado aposentado por invalidez, será suspenso o pagamento do benefício.

## Seção II

### Da aposentadoria voluntária por idade

Art. 14 - O segurado, servidor público efetivo, poderá se aposentar por idade, voluntariamente, com proventos proporcionais ao campo de contribuição, desde que atenda as seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

I - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e

II - Tempo mínimo de 10 (dez) anos de exercício no serviço público e 05 (cinco) ano no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - Os proventos da aposentadoria voluntária por idade serão equivalente a 1/35 (um trinta e cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária, tendo como base a última remuneração do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 2º - O valor do provento calculado na forma do parágrafo anterior não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 3º - Para o segurado que tenha preenchido o requisito previsto no inciso I deste artigo, mas não tenha 5 (cinco) anos no cargo efetivo, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo anterior ocupado, desde que tenha o tempo de 5 (cinco)

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



anos neste cargo, cumulativamente com os demais requisitos e condições fixados nos incisos I e II do caput deste artigo.

## Seção III

### Da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição

**Art. 15** – O segurado, servidor público titular de cargo efetivo, poderá se aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, desde que atenda as seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

I – 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e

II – Tempo mínimo de 10 (dez) anos de exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

§ 1º - Para o segurado que tenha preenchido os requisitos previstos no inciso I, deste artigo, mas que não tenha 5 (cinco) anos no cargo efetivo, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo anteriormente ocupado desde que tenha o tempo de 5 (cinco) anos neste cargo, cumulativamente com os demais requisitos e condições fixadas nos incisos I e II do caput deste artigo.

**Art. 16** – O segurado que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração pública até 15 de dezembro de 1998, poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos integrais, quando cumulativamente:

I – Contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher,

II – Tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III – Contar com o tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo a soma de:

a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher, e

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

b)

- c) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea a anterior.

**Art. 17** – O segurado de que trata o artigo anterior poderá optar pela aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, quando cumulativamente:

I – Contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos ou mais de idade, se mulher,

II – Tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III – Contar com o tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, a soma de:

a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante na alínea a anterior.

§ 1º - O provento da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, será equivalente a 70% (setenta por cento) do valor que o segurado poderá obter se se aposentar com proventos integrais, acrescido de 5% (cinco por cento) ou ano completo de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso III do artigo anterior, até o limite de 100% (cem por cento).

§ 2º - O segurado que tenha preenchido os requisitos previstos no caput deste artigo e seus incisos, mas não tenha 5 (cinco) anos no cargo efetivo, poderá aposentar-se com remuneração do cargo anteriormente ocupado, desde que tenha o tempo de 5 (cinco) anos neste cargo, cumulativamente com os demais requisitos.

## Seção IV

### Da aposentadoria compulsória

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 18** – O segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente.

**§ 1º** - O valor do benefício da aposentadoria compulsória será calculado com base nos proventos proporcionais ao tempo de contribuição e serão equivalentes a 1/35 (um trinta e cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária.

**§ 2º** - O valor do provento, acumulado na forma do parágrafo anterior, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o FUNPREGAM – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, no caso efetivo em que se dará a aposentadoria.

## Seção V

### Da aposentadoria especial do professor

**Art. 19** - O professor segurado que comprove efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, terá direito à aposentadoria especial, com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente as seguintes condições de requisito mínimo.

I – 55 (cinquenta e cinco), anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta), anos de idade, se mulher.

II – 30 (trinta) anos de contribuição na função de magistério, se homem, e 25 (vinte e cinco), anos de contribuição na função de magistério, se mulher.

III – 10 (dez) anos, no mínimo de exercício na função de magistério no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo, na função de magistério em que se dará a aposentadoria.

**§ 1º** - Considera-se para efeito de disposto nesta Lei, como efetivo exercício nas funções de magistério, exclusivamente a atividade docente.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 2º - Para o segurado professor que tenha ingressado regulamente, em cargo de magistério, até 15 de dezembro de 1998, poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que atenda as seguintes condições e requisitos cumulativamente;

I - 53 (cinquenta e três), anos ou mais de idade, se homem, 48 (quarenta e oito), anos ou mais de idade, se mulher;

II - 5 (cinco), anos, no mínimo, na função de magistério, exclusivamente na atividade docente, na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, como servidor público efetivo da Prefeitura Municipal da Gameleira;

III - Contar com tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, a soma de:

- a) 35 (trinta e cinco), anos de contribuições na função de magistério, se homem, e 30 (trinta), anos de contribuição na função de magistério, se mulher;
- b) Um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento), do tempo que, na data de 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante na alínea "a" anterior.

§ 3º - Para efeitos da aposentadoria especial prevista no parágrafo segundo deste artigo, o tempo de serviço exercido efetivamente nas funções de magistério até a data de 16 de dezembro de 1998, será contado com acréscimo 17% (dezessete por cento), se homem, e 20% (vinte por cento), se mulher.

## SEÇÃO VI

### Do Auxílio Doença

Art. 20 - O auxílio - doença será concedido ao segurado que venha ficar incapacitado por prazo superior 15 (quinze), dias e será pago durante o período em que permanecer incapaz, ou será transformado em aposentadoria por invalidez, a critério da perícia médica realizada por junta médica indicada pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Parágrafo Único** - O auxílio - doença, desde que preenchidos os requisitos para sua concessão, somente serão devidos, a contar,

I - Do décimo sexto dia da incapacidade, quando requerida até 30 (trinta), dias depois deste;

II - Do requerimento quando requerida após o prazo previsto no inciso I.

**Art. 21** - O auxílio de que trata o artigo anterior corresponderá a remuneração que o segurado recebia na data do afastamento e será pago mensalmente, durante o período em que, comprovadamente, e critério da perícia médica realizada por profissional indicado pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, persistir a incapacidade.

**Parágrafo Único** - o valor do benefício do primeiro e do último pagamento, após a alta médica será calculado de forma a corresponder 1/30 (um trinta avos), por dia de afastamento, do valor da remuneração do segurado.

**Art. 22** - O segurado em percepção do auxílio - doença fica obrigado, sob pena de suspensão do benefício a submeter-se aos exames, tratamentos, processos de readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por profissional médico indicado pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA.

**Art. 23** - Durante os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, incumbe ao ente estatal do município da Gameleira a que o segurado estiver vinculado, o pagamento do auxílio - doença.

## SECAO VII

### Do Abono Anual

**Art. 24** - Ao segurado ou dependente em gozo de benefício de prestação continuada será concedido o abono anual.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 25** - O abono de que trata o artigo anterior consiste em uma única parcela equivalente ao último valor recebido a título de proventos, no exercício, e será paga até o dia 20 do mês de dezembro do mesmo exercício.

**Parágrafo Único** - Será observada a proporcionalidade 1/12 (um doze avos), do abono para cada mês de benefício efetivamente recebido, considerando-se como mês completo o período igual ou superior 15 (quinze), dias.

## SECAO VIII Do Salário Família

**Art. 26** - Ao segurado que tenha remuneração ou proventos iguais ou inferiores R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), será pago, mensalmente, o salário família de valor equivalente a 5% (cinco por cento), do menor salário vigente no país por dependente, assim considerados nos termos do artigo 11 desta Lei.

1º - O direito ao benefício de salário família somente será adquirido a partir da data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para a sua percepção.

2º - O valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) previsto no caput deste artigo será corrigido, desde 15 de dezembro 1998, pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social INSS.

**Art. 27** - Quando o pai e a mãe forem segurados nos termos desta Lei, e viverem em comum, ambos terão o direito ao salário família.

**Parágrafo Único** - Caso não coabitem, o salário-mínimo será concedido àquele que tiver os dependentes sob sua guarda.

## Seção IX

**Art. 28** - O salário maternidade <sup>maternidade e</sup> é devido <sup>devido</sup> independentemente de carência à <sup>servidora</sup> segurada, servidora

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

publica efetiva, durante 120 (cento e vinte) dias, com início 28 (vinte e oito) dias antes e término 91 (noventa e um) dias depois do parto, considerando, inclusive o dia do parto.

§ 1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior ao parto, podem ser aumentados em mais 2 (duas) semanas, mediante atestado médico fornecido por médico designado pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**.

§ 2º - Para fins de concessão do salário maternidade, considera-se parto o nascimento, inclusive o de natimorto, mediante a apresentação da competente certidão.

§ 3º - Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado por avaliação médica pericial, mediante atestado fornecido por médico credenciado pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, a segurada terá direito ao salário maternidade correspondente a 2 (duas) semanas.

§ 4º - À segurada servidora pública que tenha recebido salário maternidade será pago o Abono Anual proporcional ao período de duração do pagamento daquele benefício.

§ 5º - Se, por ocasião da concessão do salário maternidade, for verificado que a segurada encontra-se em gozo de auxílio-doença, este deverá ser cessado na véspera do início do referido benefício, devendo ser comunicado à perícia médica.

§ 6º - O salário maternidade da segurada, servidora pública efetiva, consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral no cargo efetivo em que se deu a licença maternidade.

Seção X

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO





# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

## Da Pensão por Morte

**Art. 29** - Ocorrendo o óbito do segurado, será devida a seus Dependentes a pensão por morte de valor igual aos proventos do segurado falecido, se inativo, ou ao valor da aposentadoria que o segurado falecido teria direito na data do seu óbito;

**§ 1º** - No caso do segurado ativo que, na data de seu falecimento, não tenha preenchido os requisitos para o gozo de nenhum tipo de aposentadoria prevista nesta Lei, o cálculo do valor da pensão será aquele que o segurado teria direito se na data do seu falecimento estivesse aposentado por invalidez, nos termos do artigo 13 desta Lei;

**§ 2º** - O valor da pensão será rateado em cotas iguais entre todos os dependentes com direito a pensão;

**§ 3º** - Sempre que um dependente perder esta qualidade, proceder-se-á a novo cálculo e novo rateio do benefício, considerados, no entanto, apenas os dependentes remanescentes.

**§ 4º** - A pensão será devida a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I;

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

**Art. 30** - Após seis meses de declarada judicialmente a ausência do segurado, será concedida pensão provisória aos dependentes.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 1º - Mediante prova inequívoca do desaparecimento do segurado, em virtude de acidente ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória, sendo dispensados a declaração e o prazo exigidos neste artigo.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão provisória, ficando os Dependentes desobrigados de reembolso de quaisquer quantias já recebidas, salvo má fé.

## seção XI

### Do Auxílio-Reclusão

**Art. 31** - Aos Dependentes do segurado detento ou recluso que não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio-doença, será pago, mensalmente, enquanto perdurar esta situação, o auxílio-reclusão de valor equivalente ao da última remuneração recebida do órgão empregador, desde que esta tenha sido suspensa.

§ 1º - Não será devido, em nenhuma hipótese, o pagamento do auxílio-reclusão aos Dependentes do segurado que tenha recebido, como última remuneração, valor superior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), valor este que deverá ser corrigido desde 15/12/98, pelos mesmos índices de correção aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - INSS.

§ 2º - Em qualquer hipótese, o auxílio-reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurado.

§ 3º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data:

I - da reclusão, quando requerido até trinta dias depois desta;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

II - do requerimento, quando requerido após o prazo previsto no inciso I.

## Seção XII

### Dos prazos e carência

Art. 32 — Os prazos de carência para gozo dos benefícios previstos nesta Lei são:

I - para o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, 12 (doze meses) de contribuição em favor do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, salvo se a incapacidade for decorrente de acidente de qualquer natureza ou causa;

§ 1º - Não será exigida qualquer carência para o recebimento do salário maternidade, da pensão decorrente da morte do segurado, abono anual, auxílio reclusão e salário família.

§ 2º - Não estão sujeitos às carências previstas neste artigo os segurados que ingressaram, até 15/12/98, em cargo efetivo, no serviço público no Município da Gameleira, e seus respectivos dependentes.

## Seção XIII

### Das disposições gerais relativas aos benefícios

Art. 33 - É de 5 (cinco) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

**Parágrafo Único** - Prescreve em 5 (cinco) anos a contar da data em que deveriam ter sido pagas todas e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo **FUNPREG - FUNDO DE PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma da Legislação Civil.

**Art. 34** - Com exceção do benefício de pensão por morte, durante o período de percepção de todo e qualquer benefício também serão devidas as contribuições previdenciárias ao **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, de conformidade com as disposições fixadas no artigo 68.

**Parágrafo Único** - No período de gozo do benefício, cabe ao ente estatal empregador recolher a parcela da contribuição a seu cargo, ao **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**. A parcela devida pelo segurado será descontada pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** quando do pagamento do benefício.

**Art. 35** - O segurado em gozo de auxílio-doença, ou aposentadoria por invalidez, está obrigado a se submeter, sob pena de suspensão do pagamento do benefício, periodicamente a exames médicos a cargo de junta médica designada pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, bem assim a tratamentos, processos, readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por aquele serviço médico.

**Parágrafo Único** - A periodicidade a que se refere o "caput" deste artigo será definida pela Gerência de Previdência do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, ouvida a Junta Médica, caso a caso, e nunca superior a 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 36** - O benefício será pago diretamente a quem de direito ou a procurador constituído por mandato

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

outorgado por instrumento público, o qual, não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado ou revalidado.

**Parágrafo Único** - O procurador deverá firmar, perante o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, Termo de Responsabilidade, mediante o qual se compromete a comunicar qualquer fato que venha a determinar a perda da qualidade de procurador ou evento que possa invalidar a procuração, principalmente a superveniência de óbito ou incapacidade civil do outorgante, sob pena de incorrer em sanções penais cabíveis.

**Art. 37** - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao representante legal, tutor ou curador, nos termos e requisitos da legislação civil.

**Art. 38** - Todo segurado, dependente ou representante legal dos mesmos, assinará os formulários e fornecerá os dados e documentos exigidos periodicamente pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, para provar o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios, ou garantir a sua manutenção.

**Parágrafo Único** - O cumprimento dessa exigência é essencial para o recebimento dos benefícios, sua manutenção.

**Art. 39** - Sem prejuízo da exigência de apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições necessárias para o recebimento dos benefícios, o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** poderá tomar providências no sentido de comprovar ou suplementar as informações fornecidas.

**Art. 40** - O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** poderá negar qualquer reivindicação de

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

benefício, declará-lo nulo ou reduzi-lo, se por dolo ou culpa forem omitidas ou declaradas falsamente informações para a obtenção de qualquer benefício.

**Art. 41** - Podem ser descontados dos benefícios pagos aos segurados ou dependentes:

**I** - contribuições devidas ao **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA;**

**II** - pagamento de benefício além do devido;

**III** - impostos retidos na fonte, de conformidade com a legislação aplicável;

**IV** - pensão de alimentos decretada em decisão judicial;

**V** - outros débitos previstos em Lei e os débitos autorizados pelo servidor, desde que aceitos pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA.**

§ 1º - Salvo o disposto neste artigo, o benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito sua venda, alienação ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus de que seja objeto.

§ 2º - Na hipótese do Inciso II, o desconto será feito em até 6 (seis) parcelas, ressalvada a existência de má fé, quando então não será o débito parcelado.

§ 3º - Somente poderão ser descontado os débitos existentes a partir da concessão do benefício e desde que não sejam superiores ao valor do benefício.

**Art. 42** - Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições feitas ao **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** em hipótese alguma.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



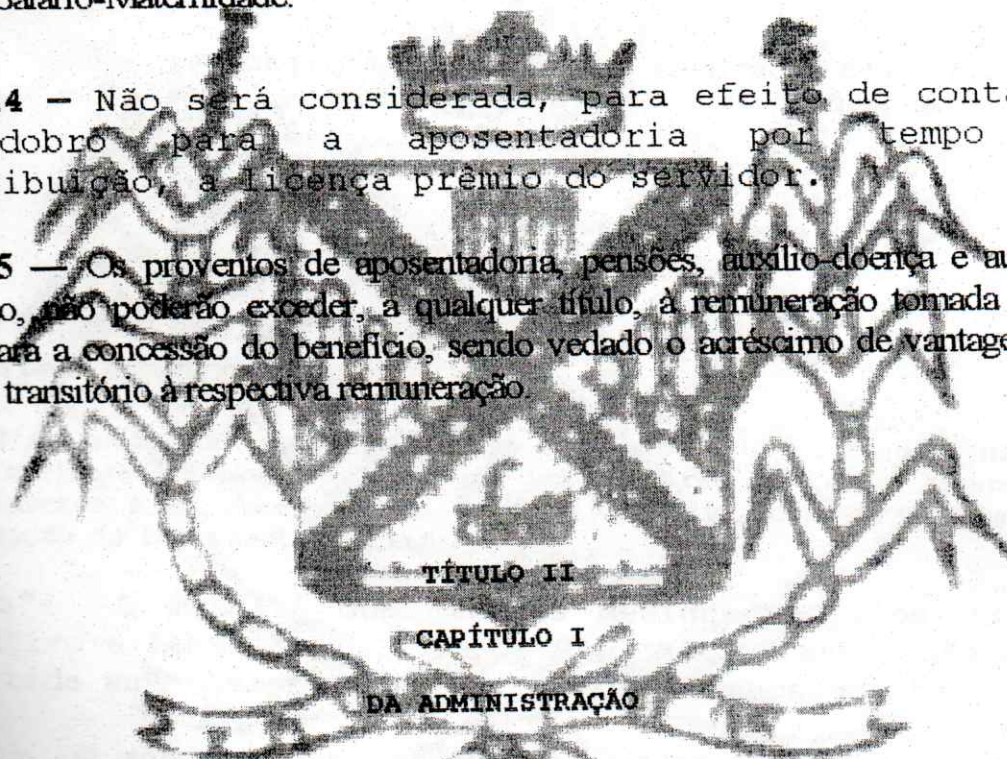
# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 43** - Não será devido ao segurado e/ou dependentes o percebimento cumulativo de quaisquer um dos benefícios a seguir dispostos:

- I - Auxílio-Doença;
- II - Aposentadoria de qualquer espécie;
- III - Auxílio-Reclusão;
- VI - Salário-Maternidade.

**Art 44** - Não será considerada, para efeito de contagem em dobro para a aposentadoria por tempo de contribuição, a licença prêmio do servidor.

**Art. 45** - Os proventos de aposentadoria, pensões, auxílio-doença e auxílio-reclusão, não poderão exceder, a qualquer título, à remuneração tomada como base para a concessão do benefício, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório à respectiva remuneração.



TÍTULO II

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 46** - O FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA terá a seguinte estrutura:

- I- Conselho Deliberativo;
- II - Conselho Fiscal; e
- III - Gerência de Previdência.

Seção I  
Do Conselho Deliberativo

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

Art. 47 - O Conselho Deliberativo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA será constituído de até 5 (cinco) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

- I- dois servidores, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de GAMELEIRA, indicados pelo Prefeito, sendo que um deles, a critério do Prefeito, será o Presidente do Conselho Deliberativo;
- II- um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de GAMELEIRA, indicado pelo Poder Legislativo;
- III- um servidor, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de GAMELEIRA, sendo que um deles do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município;
- IV- um representante da Sociedade Civil, indicados pelo (Rotary/OAB-Regional).

§ 1º- Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§ 2º- Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente respectivo, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 3º- O mandato dos membros designados pelos Poderes Executivo e Legislativo será de 04 (quatro) anos, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 4º - O mandato dos membros indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos municipais de GAMELEIRA e os membros representantes da Sociedade Civil será de 03 (três) anos.

§ 5º- Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 6º- O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§ 7º- A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190





# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 8º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 9º - Os membros do Conselho Deliberativo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, deverão ser contribuintes ou beneficiários, com exceção dos representantes da Sociedade Civil.

§ 10º - O Presidente do Conselho Deliberativo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA terá voz de desempate nas reuniões do Conselho.

§ 11º - As deliberações do Conselho Deliberativo serão lavradas em Livro de Atas.

§ 12º - As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo serão feitas por escrito.

**Art. 48 - Ao Conselho Deliberativo compete:**

- I - Deliberar sobre a política de investimentos do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- II - Deliberar sobre Regimento Interno do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- III - Deliberar sobre as Diretrizes Gerais de atuação do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- IV - Deliberar sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargo e Salários;
- V - Deliberar sobre a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio;
- VI - Deliberar sobre o Relatório Anual da Gerência de Previdência;
- VII - Deliberar sobre os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e as Contas Anuais do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, após apreciados pelo Conselho Fiscal e Auditor Independente;
- VIII - Deliberar sobre a aceitação de bens e legados oferecidos ao FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- IX - Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;
- X - Deliberar sobre a Proposta Orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Gerência de Previdência do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- XI - Deliberar sobre contratação dos serviços especializados de terceiros para gestão técnica, operacional; e patrimonial;
- XII - Deliberar sobre a contratação de Consultoria Externa Técnica Especializada para desenvolvimento de Serviços Técnicos

**GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO**

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

Especializados necessários ao FUNPREGAM - FUNDO PERVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, por indicação da Gerência de Previdência;

XIII - Funcionar como órgão de aconselhamento à Gerência de Previdência do FUNPREGAM - FUNDO PERVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, nas questões por ele suscitadas;

XIV - Baixar Atos e Instruções Normativas, complementares ou esclarecedoras; e

XV - Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.

Fiscal

## Seção II

Do Conselho

**Art. 49 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:**

- I- um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de GAMELEIRA, indicado pelo Prefeito;
- II- um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de GAMELEIRA, indicado pelo Poder Legislativo;
- III- um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de GAMELEIRA.

§ 1º - Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§ 2º - O mandato dos membros designados será de 03 (três) anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 3º - Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 4º - Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§ 5º - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de 02 (dois) votos.

§ 6º - A função de Conselheiro Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 7º - O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 8º - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente em sua primeira reunião ordinária, após a sua posse.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

9º - O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate;

§ 10- Os membros do Conselho Fiscal deverão ser servidores ativos, contribuintes do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA.

§ 11º- As deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas.

## Art. 50 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Acompanhar a organização dos serviços técnicos e a admissão do pessoal;
- II- Acompanhar a execução orçamentária do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;
- III- Examinar as prestações efetivas pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;
- IV- Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;
- V- Indicar, para contratação, perito de sua escolha para exame de livros e documentos;
- VI- Encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Gerência de Previdência, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;
- VII - Requisitar à Gerência de Previdência e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização.
- VIII - Propor ao Gerente de Previdência do FUNPREGAM- FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;
- IX - Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal e notificar e interceder junto a Prefeita Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal, na ocorrência de irregulares, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando o exigindo as providências de regularização, e adotando as

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competente para regularização das contribuições em atraso;

X- Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades constatadas e exigindo as regularizações;

XI- Examinar e dar parecer prévio nos Contratos e Acordos a serem celebrados pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, por solicitação da Gerência de Previdência;

XII Pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;

XIII- Acompanhar os processos de concessão de benefícios, verificando sua legitimidade;

XIV- Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios previstos nesta lei, notadamente no que concerne à observância dos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos; e

XV- Rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração;

XVI- Proceder aos demais atos necessários à fiscalização do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município da Gameleira.

Parágrafo Único - Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente, o direito de exercer fiscalização dos serviços do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração do mesmo.

## Seção III

### Da Gerência de Previdência

Art. 51 - A Gerência de Previdência do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** será composta de um Gerente de Previdência e um Assistente Administrativo Financeiro.

§ 1º - Os cargos de Gerente de Previdência e de Assistente Administrativo Financeiro, serão ocupados por servidores municipais ocupantes de cargos efetivos e nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º - Os servidores indicados deverão pertencer ao quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de GAMELEIRA, e possuírem nível superior de escolaridade e qualificação necessária.

**GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO**

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 3º - As deliberações da Gerência de Previdência serão registradas em Livros de Atas.

§ 4º - Será firmado Termo de Posse do Gerente e Assistentes nomeados.

§ 5º - O cargo de Gerente de previdência é de provimento em comissão, e será exercido por um servidor público efetivo, que receberá uma gratificação de função no valor equivalente a 15% da remuneração de seu cargo efetivo.

§ 6º - O cargo de Assistente Administrativo Financeiro é de provimento em comissão e será exercido por servidor público efetivo, que receberá uma gratificação de função no valor equivalente a 10% da remuneração de seu cargo efetivo.

§ 7º - Não poderão ser nomeados para as funções de Gerente de Previdência e Assistente Administrativo Financeiro, profissionais que tenham parentescos, até 3º grau, com membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, ou com ocupantes de cargos de confiança, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**Art. 52 - Competência do Gerente de Previdência:**

I - Representar o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** em juízo ou fora dele;

II - Superintender e exercer a Administração Geral do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA**;

III - Autorizar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, as aplicações e investimentos efetuados, atendido o Plano de Aplicações e Investimentos;

IV - Celebrar, em nome do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os Contratos de Gestão e suas alterações, e as contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

V - Praticar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, os atos relativos à concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei;

VI - Elaborar em conjunto com o assistente Administrativo Financeiro, a proposta orçamentária anual do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA**, bem como as suas alterações;

VII - Organizar o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado;

VIII - Expedir instruções e ordens de serviços;

**GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO**

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

II - Organizar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os serviços de Prestação Previdenciária do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;**

X - Assinar e assumir, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro os documentos e valores do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;**

XI - Assinar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os cheques e demais documentos do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA**, movimentando os fundos existentes;

XII - Encaminhar, para deliberação, as contas anuais da Instituição para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente;

XIII - Propor, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, a contratação de Administradores de Carteiras de Investimentos do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** dentre as instituições especializadas do mercado, de Consultores Técnicos Especializados e outros serviços de interesse;

XIV - Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

XV - Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

XVI - Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

**Art. 53 - Compete ao Assistente Administrativo Financeiro:**

I - Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como, baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiros;

II - Elaborar e transcrever em livros próprios os contratos, termos, editais e licitações;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

- III - Supervisionar o serviço de relações públicas e os de natureza interna;
- IV - Administrar a área de Recursos Humanos do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA;
- V - Assinar juntamente com o Gerente de Previdência, todos os atos administrativos referentes à admissão, contrato, demissão dispensa, licença, férias, afastamento dos serviços da autarquia, bem como, os cheques e requisições junto às instituições financeiras;
- VI - Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;
- VII - Manter a contabilidade financeira, econômica e patrimonial, em sistemas adequados e sempre atualizados, elaborando balancetes e balanços, além de demonstrativos das atividades econômicas deste Fundo;
- VIII - Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, e dar publicidade da movimentação financeira;
- IX - Elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária ou financeira e o acompanhamento da respectiva execução;
- X - Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para os exercícios;
- XI - Providenciar a abertura de créditos adicionais, quando houver necessidade;
- XII - Efetuar tomada de caixa, em conjunto com Gerente de Previdência;
- XIII - Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores, opinando sobre o mesmo e submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- XIV - Organizar e acompanhar as licitações dando o seu parecer par o respectivo julgamento;
- XV - Supervisionar o setor de compras, Almojarifados e patrimônios do FUNPREGAM FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA, através de sistema próprio verificando periodicamente os estoques, bem como o controle e conservação de material permanente;
- XVI - Manter os serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como fiscalização do consumo de material, primando pela economia;

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 54 - O FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA**, para a execução de seus serviços, terá pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

## Seção IV

### Das Disposições Gerais da Administração

**Art. 55 - Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da Estrutura Administrativa do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** não poderão acumular cargos no Instituto, mesmo que indicados para órgãos diferentes e por diferentes entes municipais ou entidades.

## Seção V

### Dos Atos Normativos

**Art. 56 - O Conselho Deliberativo**, por sua iniciativa ou solicitação da Gerência de Previdência ou do Conselho Fiscal, deliberará quanto à emissão de instruções e normas operacionais em atos normativos.

**Parágrafo Único - Os atos normativos** serão emitidos sobre assuntos omissos em Lei, ou em complemento com o objetivo de esclarecer.

## TÍTULO III

### CAPÍTULO I

#### DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

**Art. 57 - O patrimônio do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA** será autônomo, livre, desvinculado de qualquer outra entidade ou ente municipal e constituído de:

I - contribuições compulsórias do Município (Prefeitura e Câmara) e demais órgãos empregadores de que trata esta Lei; dos servidores ativos e inativos, conforme disposto, no artigo 68 desta Lei;

II- receita de aplicações de patrimônio;

### GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO





# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

III- produtos dos rendimentos acréscimos ou correções provenientes das aplicações de seus recursos;

IV- compensações financeiras obtidas pela transferência das entidades públicas de previdência federal, estadual, e municipal;

V -subvenções do governo federal, estadual e municipal;

VI- dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

**Art. 58** - Os recursos financeiros e patrimoniais do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, garantidores dos benefícios por este assegurado serão aplicados, por intermédio de instituições privadas ou públicas contratadas. O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA** aplicará o seu patrimônio no país, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo conselho deliberativo de acordo com a determinação do Conselho Monetário Nacional.

**Parágrafo único** - As diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo deverão ser orientar pelos seguintes objetivos:

- a) segurança dos investimentos;
- b) rentabilidade real compatível com a hipótese atuarial; e
- c) liquidez das aplicações para pagamentos dos benefícios.

**Art. 59** - O exercício social terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

**Art. 60** - Caberá ao Gerente de Previdência e ao Assistente Administrativo Financeiro a administração e gestão do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, ouvido o Conselho Deliberativo.

**Parágrafo único** - A administração e gestão do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA** poderá ser terceirizada.

**Art. 61** - Os recursos a serem despendidos pelo **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DA GAMELEIRA**, a título de despesas Administrativa e de Custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, exceder o percentual fixado no Plano Anual de seu Custeio.

**Art. 62** - O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, deverá manter os seus registros contábeis próprios, em Plano de Contas, que espelhe com fidedignidade a sua situação econômica-financeira e patrimonial de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva, respeitado o que dispõe a legislação vigente.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

**Art. 63** - O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ao Prefeito e a Câmara Municipal, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos na forma da Lei.

**Art. 64** - É vedado ao **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, atuar como instituição financeira, conceder empréstimo, aval, aceite, bem como prestar fiança ou obrigar-se de favor por qualquer outra forma.

**Art. 65** - No caso de licença do servidor com redução de salário mensal, fundamentada por direito constante do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, às suas contribuições mensais, bem assim, eventuais obrigações contraídas com o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, que guardem proporção com seus vencimentos terão como base o último vencimento total mensal recebido.

**Art. 66** - O Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Vereadores não são considerados segurados do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, não havendo, desta forma, contribuições destes para o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DA GAMELEIRA**, salvo se além da condição acima sejam, também, servidores públicos efetivos dos entes estatais do Município da GAMELEIRA.

## CAPITULO II

### DO PLANO DE CUSTEIO

**Art. 67** - A previdência municipal estabelecida por esta Lei será custeada mediante recursos de contribuições compulsórias do Município, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros Órgãos empregadores abrangidos por esta Lei e dos segurados, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos.

§ 1º - O Plano Anual de Custeio deverá ser elaborado por Assessoria Atuarial com registro no IBA - Instituto Brasileiro de Atuaria.

§ 2º - A Assessoria Atuarial, ao elaborar o Plano Anual de Custeio, deverá projetar as reservas de forma segregada, referente aos segurados e dependentes inativos, em data anterior à vigência desta lei, para efeito de registro contábil, acompanhamento e controle de sua cobertura.

## CAPITULO III

### DAS CONTRIBUIÇÕES

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

58 - São receitas do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, provisoriamente, até quando forem elaborados os cálculos atuariais, seguintes:

I - A contribuição mensal compulsória dos servidores sobre a respectiva remuneração, inclusive sobre o Abono Anual, no valor de 6,00%;

II - A contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara, Autarquia e Fundações Públicas do Município no valor de 6,00% da folha de pagamento, inclusive sobre o Abono Anual;\*

III - A contribuição mensal compulsória dos inativos, no valor de 3,00% sobre os respectivos proventos, inclusive sobre o Abono Anual;

IV - Os rendimentos e juros provenientes da aplicação dos recursos do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA;

V - doações, legados e outras receitas.

§ 1º - As contribuições mencionadas em atividade e as previstas no inciso II deste Artigo serão creditadas na conta do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, até o dia dez subsequente ao da competência.

§ 2º - Sobre as contribuições mencionadas no parágrafo anterior, não creditadas na conta do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA, no prazo estabelecido, incidirão multa de 2% (dois por cento) e juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o débito atualizado pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento, sendo da responsabilidade do Conselho Deliberativo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA as ações necessárias, inclusive judiciais, se for o caso, para garantir os recolhimentos pelos órgãos empregadores de que trata esta lei.

§ 3º - Se as referidas contribuições não forem creditadas até o 30º dia do mês subsequente ao da competência, fica o Conselho Deliberativo do FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA autorizado a promover a retenção do valor correspondente junto à Secretaria de Estado da Fazenda, a ser levado a débito no produto da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

§ 4º - O disposto no parágrafo anterior se aplica quanto aos débitos devidos pelo Executivo, pelo Legislativo, pelas Autarquias e pelas Fundações Públicas do Município da GAMELEIRA.

Art. 69 - As contribuições previdenciárias previstas no artigo anterior serão revistas e fixadas anualmente no plano anual de custeio elaborado pela assessoria atuarial contratada pelo FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA.

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

§ 1º - Se o segurado vier a exercer cargo em comissão a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos que perceberia se estivesse no exercício do seu cargo efetivo.

§ 2º - Se o segurado vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou vier a responder pelas atribuições de cargo vago, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos correspondentes ao cargo efetivo de servidor.

§ 3º - Na hipótese de acumulação permitida em lei, a contribuição será calculada sobre os totais de vencimentos correspondentes aos cargos efetivos acumulados.

**Art. 70** - As contribuições a que se refere o artigo 68 desta Lei incidirão também sobre o décimo terceiro salário (Abono Anual).

**Art. 71** - O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Autarquias e Fundações e os ordenadores de despesas serão responsabilizados, solidariamente, na forma de lei, caso o recolhimento das contribuições dos órgãos sob sua responsabilidade não ocorram na data e condições desta Lei.

## CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE COTAS

**Art. 72** - As contribuições ao Instituto serão controladas pelo Sistema de Cotas, de forma a espelhar a situação individual dos segurados no último dia de cada mês, em função do fluxo de recursos e dos resultados obtidos com aplicação financeira dos recursos patrimoniais do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**.

**Art. 73** - As contribuições dos entes estatais do Município da **GAMELEIRA** serão controladas e convertidas em contas no final de cada mês.

**Art. 74** - As cotas referidas nos artigos 72 e 73 anteriores serão avaliadas mensalmente em função dos resultados obtidos com a aplicação do patrimônio do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**, depois de deduzidas as respectivas despesas.

**Art. 75** - A cada ano o **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** fornecerá aos segurados um extrato contendo no mínimo:

**GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

I - valor das contribuições feitas pelo segurado e pelos entes do Município de GAMELEIRA, mês a mês, no semestre;

II - valoração da cota no período;

III - valor unitário das cotas; e.

IV - quantidade de cotas do segurado.

**Art. 76** - Quando do início das atividades do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** o valor da cota será de R\$ 1,00 (um real)

## CAPÍTULO V

### DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS

**Art. 77** - O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** publicará a presente Lei no Boletim Oficial, assim como o material explicativo que descreva as características principais dos benefícios previdenciários e plano de Custeio.

**Art. 78** - O **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** afixará no quadro de avisos existente em sua sede o Relatório Anual de Atividades contendo os pareceres do Conselho Deliberativo e Fiscal, da assessoria atuarial e dos Auditores Independentes, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados e dependentes.

## TÍTULO IV

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 79** - Os bens e direitos constituídos com as contribuições, com finalidades previdenciárias para a constituição de um fundo de previdência para a cobertura do Regime Próprio de Previdência do Município de GAMELEIRA deverão ser integralmente repassadas para a conta do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA**.

**Art. 80** - Fica vedada a utilização dos fundos, reservas e provisões garantidoras dos benefícios previdenciários para o pagamento dos serviços assistenciais de qualquer espécie.

**Art. 81** - Além das contribuições previstas no artigo 68 desta Lei, os estatais do Município de GAMELEIRA contribuirão mensalmente com (percentual a ser definido) do total da folha de pagamento dos

GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

servidores ativos, por um período de 35 anos ou até que seja integralmente coberto o déficit técnico apontado na avaliação atuarial.

§ 1º - A contribuição prevista no caput deste artigo deverá ser creditada na conta do **FUNPREGAM - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DA GAMELEIRA** até o dia cinco do mês a que se referir.

§ 2º - Em caso de atraso ou inadimplemento da obrigação prevista no caput deste artigo, aplicam-se as mesmas disposições nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 68.

**Art. 82** - Para os efeitos das disposições desta Lei, são equiparados aos Servidores Públicos Efetivos, os Servidores Comissionados, enquanto perdurar a medida judicial impetrada pelo Município da GAMELEIRA.

§ 1º - Ocorrendo decisão da justiça, transitada em julgado, favorável à equiparação mencionada no caput deste artigo, os Servidores Comissionados terão sua condição equiparada aos servidores Públicos Efetivos, para os efeitos desta Lei.

§ 2º - Na hipótese em que a decisão da justiça, transitada em julgado, não reconhecer a equiparação, os valores das contribuições previdenciárias dos Servidores Comissionados serão utilizados para o recolhimento das contribuições junto ao Regime Geral de Previdência Social - INSS.

**Art. 83** - O servidor municipal colocado à disposição da União, do Distrito Federal, dos Estados, de Municípios e de suas entidades de administração indireta e fundações, ou que esteja ocupando cargo político, permanecerá vinculado ao regime de previdência municipal.

**Parágrafo único** - No caso referido no caput deste artigo, a contribuição previdenciária mensal compulsória do ente empregador será paga pelo órgão responsável pelo pagamento de remuneração do servidor colocado à disposição.

**Art. 84** - O servidor efetivo municipal que for readmitido, ainda que por intermédio de concurso público, e já estiver em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria, por este Regime Próprio de Previdência, não será considerado segurado deste Regime.

**Parágrafo único** - No caso referido no caput deste artigo, o novo servidor municipal não pagará a contribuição previdenciária, e não fará jus a nenhum benefício previdenciário.

**Art. 85** - Será respeitado o direito adquirido dos segurados que, até 15 de dezembro de 1998, tenham completado todos os requisitos e condições para o gozo dos benefícios previdenciários, previsto nas disposições legais vigentes até aquela data.

**GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO**

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190



# PREFEITURA MUNICIPAL DA GAMELEIRA

Art. 86 - Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 02 de maio de 2003.

*Maria José dos Santos*  
MARIA JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITA



GOVERNO DA PAZ E DO PROGRESSO

Rua 13 de Dezembro. s/n - Gameleira/PE - C.N.P.J.: 11.343.902/0001-47 - Fone/Fax: (81) 3679.1156 - 3679.1190